

CONCURSO PÚBLICO

Com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

AQUIÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE SERVIÇOS DE CLOUD PÚBLICA E SERVIÇOS CONEXOS

CADERNO DE ENCARGOS

(Processo n.º R/044/2025)



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
CLÁUSULA 1.ª - OBJETO	3
CLÁUSULA 2.ª - PARTES CONTRATANTES.....	3
CLÁUSULA 3.ª - PREVALÊNCIA.....	3
CLÁUSULA 4.ª - PRAZO	4
CLÁUSULA 5.ª – LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	4
CLÁUSULA 6.ª - PODER DE CONFORMAÇÃO DA PRESTAÇÃO PELA AGÊNCIA, I.P.	4
CLÁUSULA 7.ª - OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA, I.P.	5
CLÁUSULA 8.ª - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE.....	5
CLÁUSULA 9.ª – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE.....	6
CLÁUSULA 10.ª - NÚMERO E PERFIL DOS COLABORADORES DO COCONTRATANTE.....	7
CLÁUSULA 11.ª - SUBSTITUIÇÃO DOS COLABORADORES QUE INTEGRAM A PROPOSTA ADJUDICADA	7
CLÁUSULA 12.ª - DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	8
CLÁUSULA 13.ª - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	9
CLÁUSULA 14.ª - CONFLITO DE INTERESSES E RESPONSABILIDADE	10
CLÁUSULA 15.ª - PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL	10
CLÁUSULA 16.ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
CLÁUSULA 17.ª - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	12
CLÁUSULA 18.ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO	12
CLÁUSULA 29.ª - PENALIDADES	13
CLÁUSULA 20.ª - FORÇA MAIOR.....	14
CLÁUSULA 21.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DA AGÊNCIA, I.P.	15
CLÁUSULA 22.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE	16
CLÁUSULA 23.ª – INCIDENTES DE CIBERSEGURANÇA	16
CLÁUSULA 24.ª - DEVERES DE INFORMAÇÃO	18
CLÁUSULA 25.ª - COMUNICAÇÕES.....	18
CLÁUSULA 26.ª – CAUÇÃO	18
CLÁUSULA 27.ª – REGRA DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE.....	19
CLÁUSULA 28.ª - DESEMPENHO AMBIENTAL.....	19
CLÁUSULA 29.ª - DESPESAS E ENCARGOS	20
CLÁUSULA 30.ª - FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	20
CLÁUSULA 31.ª - FORO COMPETENTE	20
CLÁUSULA 32.ª - DIREITO APLICÁVEL.....	20
CLÁUSULA 33.ª - CONTAGEM DOS PRAZOS	20
PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	21
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE	28
ANEXO II - ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	30



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª - OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, desenvolvido ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, em conjugação com o disposto no artigo 130.º e seguintes do CCP, que tem por objeto principal a aquisição de subscrição de serviços de *cloud* pública e serviços conexos, no âmbito do procedimento de formação de contrato e com o registo interno n.º R/044/2025, de acordo com as especificações técnicas constantes da Parte II do caderno de encargos.

Cláusula 2.ª - PARTES CONTRATANTES

1. As partes contratantes são:
 - a) A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., enquanto entidade adjudicante/contratante público;
 - b) O adjudicatário, enquanto cocontratante.
2. Os contratantes far-se-ão representar na assinatura do contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

Cláusula 3.ª - PREVALÊNCIA

1. O presente caderno de encargos contempla as cláusulas a incluir no contrato que se pretende celebrar.
2. O contrato integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal;
 - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo cocontratante.



3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª - PRAZO

1. Sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato, o contrato a celebrar vigora pelo período de 36 meses a contar da data de início da produção de efeitos, a qual deverá ter lugar previsivelmente em julho de 2025.
2. O contrato a celebrar iniciará a produção de efeitos quando cessar o contrato atualmente em vigor, sendo o cocontratante notificado para esse efeito com uma antecedência mínima de cinco (5) dias antes do termo do contrato atual.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o contrato não produzirá quaisquer efeitos antes da notificação da decisão de procedência a emitir pelo Tribunal de Contas, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 17.º-A da Lei 30/2021, na atual redação, ou da notificação de outra decisão que permita dar início à vigência do contrato, sendo o cocontratante devidamente notificado, pela Agência, I.P., com uma antecedência de cinco (5) dias antes do início caso o contrato atual ainda esteja em vigor ou com uma antecedência de dois (2) dias caso o contrato atual já tenha cessado.

Cláusula 5.ª – LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os serviços que constituem o objeto do contrato a celebrar devem ser prestados nas instalações da sede da Agência, I.P. ou remotamente de acordo com as indicações que, para o efeito, lhe sejam dadas pela Agência, I.P., em conformidade com o estabelecido nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª - PODER DE CONFORMAÇÃO DA PRESTAÇÃO PELA AGÊNCIA, I.P.

Sem prejuízo da autonomia do Cocontratante, dentro dos limites e termos do Caderno de Encargos, e da Proposta adjudicada, o Cocontratante aceita expressamente os poderes da Agência, I.P., nos termos dos artigos 302.º e seguintes do CCP e demais legislação em vigor, de definição e conformação dos serviços a prestar, com vista a atingir os objetivos globais da presente aquisição.



Cláusula 7.ª - OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA, I.P.

Constituem obrigações da Agência, I.P.:

- a) Promover junto das entidades intervenientes o acesso e comunicabilidade necessários à boa prossecução do serviço;
- b) Participar em reuniões de preparação da metodologia de trabalho a adotar;
- c) Prestar os necessários esclarecimentos ao Cocontratante;
- d) Efetuar a monitorização do serviço prestado;
- e) Informar o Cocontratante sempre que tenha conhecimento prévio de algum evento que possa causar impacto relevante no serviço a prestar;
- f) Proceder à devolução atempada das faturas apresentadas pelo Cocontratante, sempre que as mesmas não estejam em condições de ser validadas, e proceder ao pagamento das faturas validadas no prazo previsto no presente Caderno de encargos.

Cláusula 8.ª - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Preparar, planear e coordenar a execução de todos os serviços necessários e adequados à melhor execução do contrato, em conformidade com as Especificações Técnicas previstas no presente Caderno de Encargos, e de acordo com a respetiva proposta e em articulação com a Agência, I.P., bem como de todas as obrigações daí decorrentes;
 - b) Participar nas reuniões de preparação, de acompanhamento ou esclarecimento convocadas para o efeito pela Agência, I.P., com a presença obrigatória do gestor de projeto afeto à prestação de serviços;
 - c) Prestar os serviços nos termos por si propostos e em cumprimento integral, adequado e atempado de acordo com o previsto no presente caderno de encargos;
 - d) Cumprir as normas legais em vigor, designadamente no que diz respeito às obrigações no domínio laboral;
 - e) Comunicar, de imediato, à Agência, I.P. quaisquer factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços contratada, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
 - f) Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;



- g) Desenvolver todas as diligências necessárias junto da Agência, I.P., de forma a garantir a correta e adequada implementação dos serviços contratados;
 - h) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se revelem necessários ou sejam solicitados pela Agência, I.P.;
 - i) Comunicar à Agência, I.P. qualquer alteração da denominação social, dos representantes legais, dos estatutos, dos gerentes, ou outras com relevância para a prestação dos serviços, designadamente, mas não de modo exclusivo, a apresentação à insolvência;
 - j) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, por força da alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, no n.º 13 do artigo 42.º do CCP, se aplicável;
 - k) Cumprir toda a legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, que regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais;
 - l) Proceder durante a execução contratual, a expensas suas, à correção de todos os erros, irregularidades ou quaisquer outras falhas provocadas por motivos imputáveis ao cocontratante praticadas no âmbito dos serviços de manutenção, sem recurso a qualquer consumo das horas contratualizadas.
2. O Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 9.ª – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE

1. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar à Agência, I.P. os serviços com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de software (serviços digitais) e das garantias a este relativo no que respeita à conformidade das subscrições a disponibilizar.
3. O Cocontratante é responsável perante a Agência, I.P. por qualquer defeito ou discrepância das subscrições objeto do contrato que existam no momento em que lhe forem disponibilizadas.



4. Sempre que aplicável, o Cocontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de acordo com o princípio do *Privacy by Design* e/ou do *Privacy by Default*, fazendo constar esta obrigação e a metodologia e processos definidos no Relatório final de execução.

Cláusula 10.^a - NÚMERO E PERFIL DOS COLABORADORES DO COCONTRATANTE

1. A prestação dos serviços deve ser executada por uma equipa, cabendo ao Cocontratante o dimensionamento tendo em vista a adequação à melhor execução do contrato, de acordo com a definição dos perfis mínimos obrigatórios e respetivas características descritas, na Parte II do Caderno de Encargos.
2. Compete ao cocontratante a alocação dos diferentes membros da equipa proposta para a adequada e tempestiva execução da prestação dos serviços.
3. Compete ao cocontratante alocar os recursos humanos necessários para garantir a prestação dos serviços contratados e assegurar a máxima adequação das competências de cada um deles à realização das ações compreendidas nas áreas de conhecimento identificadas no presente caderno de encargos, sem prejuízo do cumprimento do adicionalmente exigido nas especificações técnicas do caderno de encargos.

Cláusula 11.^a - SUBSTITUIÇÃO DOS COLABORADORES QUE INTEGRAM A PROPOSTA ADJUDICADA

1. O Cocontratante poderá substituir qualquer elemento da equipa afeto à prestação dos serviços contratados por colaborador com *curriculum* idêntico, ou superior, desde que o solicite à Agência, I.P. com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo, para o efeito, juntar os documentos necessários para comprovação dos requisitos de equivalência ao colaborador a substituir, os quais não podem ser diferentes dos requisitos mínimos definidos para cada perfil na parte II do caderno de encargos.
2. O Cocontratante deve garantir, salvo situações excecionais, que a saída do elemento da equipa substituído só ocorre após o novo colaborador estar em condições de assegurar a continuidade das atividades que o colaborador substituído se encontrava a desenvolver.
3. Nos casos previstos nos números anteriores é da responsabilidade e encargo exclusivos do Cocontratante a prévia transmissão de conhecimento necessária para que o novo colaborador possa dar continuidade às atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
4. O Cocontratante não poderá substituir mais do que um elemento da equipa, por trimestre.



5. À Agência, I.P. assiste o direito de exigir do Cocontratante a substituição de quaisquer colaboradores deste, caso se verifique que a respetiva prestação não é satisfatória.
6. O Cocontratante deverá assegurar a substituição dos colaboradores referidos no número anterior no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a notificação da Agência, I.P. para esse efeito, devendo juntar igualmente os documentos necessários para comprovação dos requisitos de experiência idênticos ou superiores ao do colaborador substituído, os quais não podem ser diferentes dos requisitos mínimos definidos para cada perfil na parte II do caderno de encargos.
7. O direito a que se refere o n.º 4 não preclude nenhum dos deveres previstos no presente Caderno de Encargos para o Cocontratante.

Cláusula 12.ª - DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

1. O Cocontratante garante o sigilo relativamente a toda a informação ou documentação, técnica e não técnica, relativa, detida ou relacionada com a atividade da Agência, I.P., de que, ao abrigo do presente procedimento ou do contrato, possa ter conhecimento ou que lhe seja fornecida ou a quaisquer dos seus técnicos, independentemente da natureza da relação contratual que com eles tenha.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o Cocontratante compromete-se a não divulgar, durante e após a execução do contrato, qualquer informação ou documentação que obtenha no seu âmbito, competindo-lhe assegurar o cumprimento desse dever relativamente a todos os seus técnicos, independentemente da natureza do vínculo contratual que com eles tenha.
4. O Cocontratante só pode divulgar a informação ou documentação referida no número anterior na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público, ou seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O Cocontratante deve limitar o acesso à informação e à documentação cobertas pelo dever de sigilo aos seus técnicos que a ela tenham de recorrer para a correta execução do contrato, assegurando que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade.
6. O Cocontratante obriga-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela Agência, I.P., sendo suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo



de outras que venham contratualmente a ser qualificadas como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos, de qualquer natureza, a qualquer das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento da prestação de serviços objeto deste caderno de encargos.

7. Nenhum documento ou dado a que o Cocontratante tenha acesso, direto ou indiretamente, no âmbito do Contrato poderá ser reproduzido sem autorização expressa do Contraente Público.
8. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pelo Contraente Público, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, a proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
9. O Cocontratante garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres constantes dos números anteriores.
10. No âmbito das obrigações referidas no número anterior, o Cocontratante obriga-se a entregar à Agência, I.P., no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do início do contrato, cópias das declarações de sigilo assinadas pelos terceiros que utilize diretamente na execução do contrato, nos termos da minuta constante do Anexo I do presente caderno de encargos.

Cláusula 13.ª - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O Cocontratante assume a qualidade de subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do contrato, assumindo a Agência, I.P. a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.
2. No âmbito e para todos os efeitos previstos no contrato, fica expressamente entendido que o Cocontratante procede ao tratamento de dados pessoais no interesse e para as finalidades de tratamento determinadas pela Agência, I.P., obrigando-se a cumprir todas as instruções, recomendações, autorizações, diretivas transmitidas pela Agência, I.P., na qualidade e enquanto subcontratante da Agência, I.P.
3. O tratamento dos dados pessoais pelo Cocontratante deve ser efetuado na estrita observância do acordo de subcontratação de tratamento de dados pessoais que consta do anexo II do presente caderno de encargos e que dele constitui parte integrante.
4. Sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas no contrato, o Cocontratante será responsável por todo e qualquer custo ou prejuízo, incluindo o pagamento de coimas, em que a Agência, I.P. venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Cocontratante e ou



dos seus colaboradores, representantes e outras entidades por si subcontratadas, de dados pessoais em violação da presente cláusula, do acordo de subcontratação de tratamento de dados pessoais que consta do anexo II do caderno de encargos, do Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD) e demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.

5. O incumprimento de algum dos deveres constantes da presente cláusula ou do acordo de subcontratação de tratamento de dados pessoais que consta do anexo II do caderno de encargos, bem como a verificação da inexistência de garantias de *compliance*, constitui fundamento de resolução do contrato por incumprimento, sem prejuízo do dever de indemnização ao responsável pelo tratamento a que possa haver lugar, por danos sofridos ou eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 14.ª - CONFLITO DE INTERESSES E RESPONSABILIDADE

1. O cocontratante deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito com os interesses da Agência, I.P.
2. O cocontratante obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Agência, I.P., ou para os seus direitos e interesses.
3. O cocontratante obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da Agência, I.P., quando tenham sido criados ou causados por si ou por qualquer dos seus subcontratados.
4. Em caso de conflito de interesses, superveniente, durante a execução dos serviços contratados, o Cocontratante deverá informar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência do facto e dos procedimentos que adotará para a resolução do conflito, sujeitos à aprovação da Agência, I.P.

Cláusula 15.ª - PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL

1. O preço base fixado para o presente procedimento, que constitui o encargo máximo a pagar pela execução da prestação de serviços que constitui objeto do contrato que se pretende celebrar é de 2.930.368,32€ (dois milhões, novecentos e trinta mil trezentos e sessenta e oito euros e trinta e dois cêntimos), valor ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base constante do número anterior resulta da seguinte decomposição:



- a) Para as subscrições de Cloud Azure o preço base é fixado em 2.669.008,32€ (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e oito euros e trinta e dois cêntimos), valor ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor;
 - b) Para os serviços conexos o preço base é fixado em 261.360,00€ (duzentos e sessenta e um mil trezentos e sessenta euros), valor ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Agência, I.P. pelo presente Caderno de Encargos, nomeadamente despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças que, para execução do contrato, sejam da responsabilidade do Cocontratante.
4. Não há lugar a revisão de preços durante o prazo de vigência do contrato.
5. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi apurado através da consulta informal realizada ao mercado.

Cláusula 16.ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1. As quantias devidas pela Agência, I.P. devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2. Para efeitos do disposto no número anterior, a obrigação considera-se vencida nos seguintes termos:
 - a) Relativamente às subscrições Cloud Azure, a obrigação vence-se mensalmente após o consumo;
 - b) No que concerne aos serviços conexos, estes vencem-se com a sua prestação efetiva.
- 3. O contratante pode proceder à emissão mensal de faturas que discriminem as subscrições de *Cloud Azure* consumidas assim como os serviços conexos efetivamente prestados, com indicação das horas e perfis a ele alocados.
- 4. A emissão das faturas pelo Cocontratante deve observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devendo as faturas conter obrigatoriamente a indicação do número de compromisso, para efeitos de cumprimento da Lei sobre os Compromissos e Pagamentos em Atraso, sob pena de devolução.
- 5. As faturas podem ser remetidas ou via plataforma FE-AP ou via correio eletrónico institucional, para o seguinte endereço: NGO@adcoesao.pt.
- 6. Em caso de discordância por parte da Agência, I.P. quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante



obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

7. A comunicação ao cocontratante referida no número anterior deve ser efetuada pela Agência, I.P. no prazo máximo de 10 (dez) dias.
8. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de bancária indicada pelo Cocontratante, da qual este deve ser titular.
9. O atraso no pagamento das faturas apresentadas fará a Agência, I.P. incorrer em mora com a correspondente aplicação, do artigo 1.º da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, desde o respetivo vencimento até integral e efetivo pagamento.

O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o Cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Nos termos e para os efeitos previstos no disposto no artigo 290.º-A do CCP, a execução do contrato é acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Agência, I.P. e mencionado no contrato a celebrar.
2. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Cláusula 18.ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação obedecem ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP e carecem de autorização prévia da Agência, I.P.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Agência, I.P., pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.



Cláusula 29.ª - PENALIDADES

1. Pelo incumprimento de obrigações contratuais, por razões que lhe sejam imputáveis, a Agência, I.P. pode exigir ao Cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos e nas condições estabelecidas nos números seguintes:
 - a) Pelo não cumprimento da disponibilização das subscrições cloud no prazo previsto para o início da produção de efeitos do contrato a celebrar, nos termos definidos na cláusula 4.ª do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento;
 - b) Pelo não cumprimento dos prazos que vierem a ser acordados no âmbito da gestão do serviço definida na parte II do caderno de encargos para a realização dos serviços conexos que integram o objeto do contrato a celebrar, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária correspondente a 1000,00€ (mil euros), por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento.
 - c) Pela não elaboração da documentação técnica de suporte à prestação dos serviços ou qualquer outra documentação a elaborar pelo cocontratante prevista pelo caderno de encargos ou a acordar em sede de execução do contrato, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária correspondente a 200,00€ (duzentos euros), por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento.
 - d) Pela não comparência nas reuniões de preparação, acompanhamento ou esclarecimento convocadas para o efeito convocadas pela Agência, I.P., com a presença obrigatória do gestor de projeto afeto à prestação de serviços, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária correspondente a 500,00€ (quinhentos euros), por cada reunião.
 - e) Pelo não cumprimento do prazo de entrega de cópias das declarações previstas no 10 da cláusula 12.ª do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária correspondente a 500,00€ (quinhentos euros), por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento.
 - f) Pelo não funcionamento, total ou parcial, do serviço por cada 60 minutos, seguidos ou interpolados, por motivos imputáveis ao Cocontratante ou a terceiros que esta utilize no



cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma sanção de natureza pecuniária no montante de 500€ (quinhentos euros), por cada ocorrência.

- g) Pelo incumprimento e/ou cumprimento defeituoso de qualquer outra obrigação constante do presente caderno de encargos que não se subsuma na alínea anterior, a Agência, I.P. poderá aplicar uma sanção de natureza pecuniária até 1% (um por cento) do valor contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Agência, I.P. tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
 3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
 4. O valor acumulado das sanções de natureza pecuniária a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
 5. Nos casos em que seja atingido o limite máximo previsto no número anterior, e a Agência, I.P. decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 % (trinta por cento).
 6. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo, nos termos do artigo 333.º do CCP, a Agência, I.P. pode aplicar uma sanção de natureza pecuniária até ao limite indicado no número anterior.
 7. A Agência, I.P. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções de natureza pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, obrigando-se o Cocontratante a emitir os necessários documentos contabilísticos para o efeito.
 8. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a Agência, I.P. exija uma indemnização pelo dano excedente nos termos das disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento definitivo previstas na lei.

Cláusula 20.ª - FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;



- b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
 - h) Declaração de estado de emergência ou de calamidade, nem obrigações legais ou administrativas de teletrabalho, em situações de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 21.^a – RESOLUÇÃO POR PARTE DA AGÊNCIA, I.P.

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e no contrato, a Agência, I.P., pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:



- a) Falhas e erros que ponham em causa o cumprimento dos objetivos de interesse público visados com a celebração do contrato;
 - b) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
 - c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato a celebrar e do presente caderno de encargos.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
 - 3. O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
 - 4. Independentemente da conduta do cocontratante, a Agência, I.P reserva-se o direito de resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do Código dos Contratos Públicos.
 - 5. O direito de resolução referido no n.º 1 exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no caderno de encargos.

Cláusula 22.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

- 1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 23.ª – INCIDENTES DE CIBERSEGURANÇA

- 1. Nos termos constantes no artigo n.º 16 do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho que regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, é prevista como uma das categorias de causas raiz de incidentes de cibersegurança a falha no fornecimento de bens ou serviços por terceiro, sendo que ao abrigo do presente contrato deve ler-se como terceiro, o Cocontratante.
- 2. Considera-se um incidente de cibersegurança, seguindo a Taxonomia de prevista no Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho para a classificação de incidentes:



- a) Infecção por Malware;
 - b) Disponibilidade;
 - c) Recolha de Informação;
 - d) Intrusão;
 - e) Tentativa de Intrusão;
 - f) Segurança da Informação;
 - g) Fraude;
 - h) Conteúdo Abusivo;
 - i) Outro.
3. Os incidentes podem ter como categorias de causa raiz:
- a) Falha de sistema;
 - b) Fenómeno natural;
 - c) Erro humano;
 - d) Ataque malicioso;
 - e) Falha no fornecimento de bens ou serviços por terceiro.
4. Na ocorrência de incidentes de cibersegurança em sistemas de informação e comunicação, equipamentos e demais recursos físicos e lógicos do cocontratante, que de algum modo possam vir a afetar ou impactar o adjudicante, o Cocontratante fica obrigado a:
- a) Enviar durante a primeira hora da deteção do incidente, comunicação para o email soc@adcoesao.pt contendo, pelo menos, uma breve descrição do incidente incluindo a identificação da classificação de incidente e da causa-raiz referidos no número 2 da presente cláusula, assim como discriminação dos impactos atuais ou futuros na Agência, I.P.;
 - b) Indicar o contacto preferencial (nome, número de telefone e endereço de correio eletrónico) para efeitos de colaboração entre as duas entidades;
 - c) Fornecer à Agência, I.P. toda a informação necessária para o cumprimento de obrigações de notificação junto da Autoridade Nacional de Cibersegurança;
 - d) Recomendar à Agência, I.P. medidas de contenção e mitigação do risco resultante do incidente de cibersegurança;
 - e) Comunicar o “término do incidente” e entregar um relatório final identificando a situação ocorrida, assim como as medidas realizadas, esclarecendo impactos e se foi comprometida informação da Agência, I.P.



Cláusula 24.ª - DEVERES DE INFORMAÇÃO

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respectivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No dia seguinte ao da verificação ou conhecimento do impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 25.ª - COMUNICAÇÕES

1. Todas as comunicações entre a Agência, I.P. e o Cocontratante devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, de acordo com as informações que, para o efeito, constarem no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada efetuada na data da respetiva expedição, salvo o disposto no número seguinte.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a Agência, I.P. e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 26.ª – CAUÇÃO

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, nos termos admitidos pelos artigos 89.º e 90.º do CCP.
2. Cumpridas todas as obrigações contratuais por parte cocontratante, a Agência, I.P. promove a liberação da caução nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.
3. A Agência, I.P. pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais pelo



cocontratante.

4. Considera-se também existir perda de caução quando houver lugar à resolução sancionatória do contrato, por qualquer um dos fundamentos previstos no presente caderno de encargos.
5. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Agência, I.P. para esse efeito.
6. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do cocontratante.

Cláusula 27.ª – REGRA DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

1. No cumprimento das disposições legais europeias e nacionais, todos os produtos a entregar no âmbito do contrato devem obedecer às regras de informação e publicitação do cofinanciamento dos fundos europeus do Portugal 2030.
2. O fundo europeu financiador desta aquisição de serviços é o FEDER.
3. O cumprimento da regra de informação e publicitação do cofinanciamento cumpre-se com a colocação nos entregáveis das aplicações, bem como demais documentação técnica correspondente, prevista na Parte II do caderno de encargos, e em todas as ações de comunicação e reuniões realizadas no decorrer do contrato (apresentações de PowerPoint, brochuras, posters, vídeos ou outro qualquer produto físico ou digital) da barra de logotipos e de informação do cofinanciamento, conforme apresentada de seguida:

Cofinanciado por:



Cofinanciado pela
União Europeia

Cláusula 28.ª - DESEMPENHO AMBIENTAL

1. O Cocontratante deve atender e garantir sustentabilidade ecológica das prestações objeto do contrato a celebrar, adotando e promovendo as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, entre outros aspetos que se revelem adequados, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O Cocontratante, sempre que possível, deve ainda utilizar técnicas de otimização de código e reutilizando o código existente, promovendo a redução de consumo de recursos computacionais, economizando energia, contribuindo para a diminuição da pegada de carbono.



Cláusula 29.ª - DESPESAS E ENCARGOS

1. Todas as despesas e encargos decorrentes ou necessários para a celebração do contrato e à são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo os emolumentos que eventualmente sejam devidos ao Tribunal de Contas nos termos previsto na cláusula seguinte.
2. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, em vigor, designadamente sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente aos elementos da sua equipa, na execução dos trabalhos, correndo por sua conta os encargos que daí resultem.

Cláusula 30.ª - FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

1. O contrato a celebrar encontra-se sujeito a Fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas, nos termos previstos no artigo 17.º-A da Lei 30/2021, na sua atual redação.
2. A Fiscalização prévia rege-se pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, na sua atual redação, sendo, neste âmbito, devidos emolumentos nos termos do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio, na redação atualmente em vigor.

Cláusula 31.ª - FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 32.ª - DIREITO APLICÁVEL

O contrato tem natureza administrativa e rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação em vigor e demais legislação especial aplicável.

Cláusula 33.ª - CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e contam-se nos termos do artigo 471.º do CCP.



Parte II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. ENQUADRAMENTO:

A Agência, I.P. pretende dar continuidade à transformação organizacional que vem concretizando no sentido de permitir maior agilidade, flexibilidade, escalabilidade e robustez para a realização de atividades relacionadas com a infraestrutura, plataformas e *software cloud*, em conformidade com a estratégia Cloud da Administração Pública decorrente da Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021, de 10 de setembro, e a Estratégia Digital Nacional, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 207/2024, de 30 de dezembro.

Assim, a Agência, I.P., no âmbito do presente procedimento, pretende proceder à aquisição de subscrições *Cloud* pública Microsoft Azure, assim como produtos Azure Marketplace e serviços conexos, de acordo com os requisitos definidos no presente caderno de encargos.

II. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) Os serviços a adquirir incluem:

1. Subscrição de *Cloud* pública Microsoft Azure, doravante *cloud* Azure e produtos Azure Marketplace;
2. Serviços conexos associados.

b) As subscrições cloud atualmente em uso pela Agência, I.P. contém o seguinte identificador: P/Number 6QK-00001

1. SERVIÇOS CLOUD AZURE

a) São considerados serviços cloud Azure, os serviços a subscrever, de:

- a. IaaS – Infrastructure as a Service
- b. PaaS – Platform as a Service
- c. SaaS – Software as a Service



2. SERVIÇOS CONEXOS

- b) São considerados Serviços Conexos à subscrição cloud Azure, doravante SERVIÇOS CONEXOS, os serviços de assistência pós-venda, serviços de continuidade do produto e serviços de upgrade de versão;
- c) Os serviços conexos serão prestados através de uma bolsa de 4752 (quatro mil setecentos e cinquenta e duas) horas, conforme forem sendo solicitados pela Agência, IP., e que fazem parte do objeto do contrato a celebrar;
- d) Aos serviços conexos estará obrigatoriamente afeta uma equipa (Equipa de Serviços Conexos) com os perfis mínimos identificados infra (ponto 6).
- e) A Equipa de Serviços Conexos deve realizar, entre outras compatíveis com os perfis e competências requeridos, as seguintes atividades:
 - i. Gestão de portais associados à solução *Cloud* (contratuais e técnicos);
 - ii. Análise de consumos e produção de relatórios;
 - iii. Propostas de Otimização de custos na utilização de plataforma *Cloud*.
- f) Os serviços conexos devem ser prestados tanto nas Instalações da Agência, IP, como nas instalações do cocontratante, conforme venha a ser indicado pela Agência, IP, ao longo da execução do contrato.

3. CONSUMOS DA SUBSCRIÇÃO DE CLOUD PÚBLICA AZURE

- a) Os serviços que constituem o objeto do presente contrato são fornecidos e faturados na modalidade "pay as you go" (em função do consumo), nos seguintes termos:
 - i. Consumo *cloud* Azure e Azure Marketplace - correspondente a uma “bolsa de consumo *cloud* Azure”, que será associado ao *Part number* já existente e paga na medida em que seja realizado o consumo por parte da Agência, I.P.;
 - ii. Consumo de serviços conexos - correspondente a uma “bolsa de horas de Serviços Conexos”, que será paga na medida em que seja realizado o consumo por parte da Agência, IP.
- b) As bolsas de consumo têm o limite de quantidades, para o tempo total de vigência do contrato, inscrito na tabela seguinte:



Tabela 1 - Consumos limite por tipo de bolsa

Bolsas de Consumos		
Part number	Descrição	Quantidade
Bolsa de Consumo <i>cloud</i> Azure		
6QK-00001	Cloud Azure e Azure Marketplace	2376
Bolsa de Consumo de Serviços Conexos		
-----	Serviços Técnicos Conexos à solução	4752

4. NÍVEL DE SERVIÇO

- Exige-se que a plataforma cloud possua um índice mínimo de disponibilidade de 99.9%;
- Caso não se atinja mensalmente o índice mencionado no número anterior, ao valor a pagar, em cada prestação mensal, serão deduzidos os montantes seguintes, independentemente da aplicação de penalidades:

Fórmula de cálculo:

$$\text{Disponibilidade Mensal \%} = \frac{(\text{N}^{\circ} \text{ Máximo de Minutos Disponibilidade} - \text{Indisponibilidade})}{(\text{N}^{\circ} \text{ Máximo de Minutos Disponibilidade} \times 100)}$$

SLA atingido mensalmente	Sanção aplicada (na parte correspondente da fatura à bolsa de consumos <i>cloud</i>)
< 99.9%	10%
< 99%	25%
< 95%	70%

- Com exceção do último mês de vigência do contrato, a dedução poderá ser substituída por crédito a imputar no trimestre seguinte.

5. GESTÃO DO SERVIÇO

- A gestão do serviço assenta em reuniões mensais para controlo, acompanhamento e garantia da qualidade dos serviços entregues;



- e. Poderão, ainda, ser realizadas reuniões periódicas de ponto de situação sempre que necessário e sempre que convocadas pela Agência, I.P no sentido de efetuar avaliação dos trabalhos realizados, discutir o plano de trabalho, respetivos riscos, problemas / questões a avaliar, identificação de ações de melhoria do serviço, etc;
- f. O cocontratante é responsável pela preparação de documentos de suporte às reuniões mensais com a Agência, I.P.

Tabela 2 – Reunião Mensal

Reunião	Periodicidade	Intervenientes	Assuntos	Documentos	Envio documentos
Reunião Mensal	Mensal	Cocontratante e Agência, I.P.	Análise global da qualidade dos serviços prestados e definição de ações estratégicas de melhoria	Relatório mensal: <ul style="list-style-type: none">• Ponto de situação sobre a prestação do serviço ao longo do período decorrido;• Análise de consumos do contrato no sentido de assegurar a melhor gestão das capacidades contratadas;• Apresentação de lista de melhorias / evoluções propostas pelo ADJUDICATÁRIO visando o incremento da qualidade e da eficiência do serviço prestado;• Pontos para decisão	A enviar pelo Cocontratante, até 1 dia antes da reunião

- g. O *COCONTRATANTE* deve lavrar atas das reuniões realizadas, a assinar por todos os intervenientes após aprovação pela Agência, I.P., da qual conste um sumário dos assuntos tratados e as respetivas conclusões.



6. EQUIPA

O Cocontratante deve apresentar na proposta uma equipa que, ao longo de toda a duração do contrato, seja constituída, no mínimo, pelos elementos e respetivos perfis indicados abaixo, com as habilitações, certificações/formação e experiência mínimas identificadas, sob pena de exclusão.

A) Estrutura Mínima da Equipa e Definição de Perfis

i. Gestor do Serviço

Compete ao gestor do serviço a coordenação das equipas de operação, produção de relatórios de atividade.

Habilitações	Experiência	Certificação/Formação
<ul style="list-style-type: none">12º ano (ou habilitação equivalente) ou superior	<ul style="list-style-type: none">Mínimo de 6 anos de experiência em Gestão de Projetos.Mínimo de 4 Projetos de Gestão da Mudança	<ul style="list-style-type: none">ITIL Foundation V4Project Management Professional (PMP) CertificationFormação em Sistema de Gestão de Segurança da Informação

ii. Especialista de Cibersegurança

Compete ao especialista de cibersegurança promover as melhores práticas de forma a garantir a proteção dos sistemas, redes e dados em ambiente híbrido.

Habilitações	Experiência	Certificação/Formação
<ul style="list-style-type: none">12º ano (ou habilitação equivalente) ou superior	<ul style="list-style-type: none">Mínimo de 10 anos de experiência em administração de sistemas com arquitetura híbridaMínimo de 4 anos de experiência em implementação de soluções de cibersegurança	<ul style="list-style-type: none">Microsoft 365 Certified: Security Administrator AssociateMicrosoft Certified: Security Operations Analyst AssociateMicrosoft Certified: Azure Network Engineer Associate



iii. Técnico Especialista

Compete ao técnico especialista prestar apoio técnico.

Habilitações	Experiência	Certificação/Formação
<ul style="list-style-type: none">12º ano (ou habilitação equivalente) ou superior	<ul style="list-style-type: none">Mínimo de 10 anos de experiência em arquitetura Modern Workplace/M365Mínimo de 4 anos de experiência em implementação de soluções M365 E3 e E5	<ul style="list-style-type: none">Microsoft Certified Solutions Associate: Office 365Microsoft 365 Certified: Enterprise Administrator ExpertMicrosoft Certified Solutions Expert: ProductivityMicrosoft Certified Solutions Expert: MessagingFormação Sistema de Gestão de Segurança da Informação

B) Certificações da Equipa

i) Sem prejuízo das especificações exigidas para cada um dos perfis nos termos descritos no ponto anterior, a equipa de serviços conexos a afetar à execução do contrato terá, ainda, de no seu conjunto de apresentar, sob pena de exclusão, as certificações nas quantidades mínimas e máximas que se apresentam na tabela seguinte:

Tabela 3 – Certificações/ Experiência

Número mínimo de colaboradores por cada uma das certificações	Número máximo de colaboradores por cada uma das certificações	Certificação
1	1	Microsoft Certified Solutions Expert: Productivity
1	1	Microsoft Certified Solutions Expert: Messaging
1	1	Microsoft 365 Certified: Enterprise Administrator Expert
1	1	Microsoft Certified: Azure Administrator Associate
1	1	Microsoft Certified: Azure Network Engineer Associate
1	1	Microsoft 365 Certified: Security Administrator Associate
1	1	Microsoft Certified: Security Operations Analyst Associate
1	1	Microsoft Certified: Azure Virtual Desktop Specialty
1	1	Microsoft Certified Solutions Associate: Windows Server 2016
1	1	Microsoft Certified Solutions Expert: Private Cloud



Número mínimo de colaboradores por cada uma das certificações	Número máximo de colaboradores por cada uma das certificações	Certificação
1	1	Microsoft MVP (Most Valuable Professional): M365 Apps and Services
2	3	Microsoft Certified Volume Licensing Specialist, Large Organizations
2	3	Microsoft Certified Designing, Assessing and Optimizing Software Asset Management (SAM)
TOTAL QB: 15	TOTAL QM: 17	

- ii) Podem ser apresentadas outras certificações que sejam equivalentes ou superiores às indicadas abaixo para cada perfil, cabendo ao cocontratante comprovar esse facto, em sede de apresentação de propostas.
- iii) Todos os recursos devem ter fluência oral e escrita na língua portuguesa e inglesa, sendo que no caso de recursos nacionais de países em que a língua oficial não seja o inglês ou português deve ser junto a respetiva certificação de acordo com o QECRL no nível equivalente, no mínimo de proficiente.



Anexo I – Modelo de declaração de confidencialidade

(a que se refere o n.º 10 da cláusula 12.ª do caderno de Encargos)

ENTRE

[Identificação do cocontratante], na qualidade de Cocontratante no âmbito do contrato celebrado com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.) destinado a aquisição de subscrições Cloud pública Microsoft Azure, assim como produtos Azure Marketplace e serviços conexos

e

[Identificação do Trabalhador/Colaborador a alocar à prestação de serviços – nome, n.º de identificação do cartão do cidadão, validade e domicílio]

CONSIDERANDO QUE:

- a) O Cocontratante vai prestar serviços que podem implicar a necessidade de aceder a informação ou a recursos de processamento de informação sob responsabilidade da Agência, I.P.;
- b) A Agência, I.P., no exercício das suas atribuições, tem acesso ou possui dados de natureza pessoal, técnica, económica ou financeira das entidades do ecossistema dos fundos europeus, designadamente entidades candidatas e/ou beneficiárias de apoios, e dados pessoais de identificação de participantes e formandos [(nome, NIF, NISS, género, data de nascimento, idade, habilitações académicas, situação profissional), de Contacto (email, telefone)] ou quaisquer outros dados que podem vir a ser conhecidos pelo Cocontratante e respetivos colabores no desenvolvimento dos serviços;
- c) Se torna necessário proteger a confidencialidade desses dados;
- d) A Agência, I.P. é detentora de elementos tecnológicos de base (Know-how e direitos de propriedade intelectual) nos quais assume a obrigação de manter a confidencialidade, obrigação essa que é extensível a todos os seus colaboradores ou outras pessoas que, de algum modo, possam ter acesso às informações transferidas;
- e) A Agência, I.P. enquanto proprietária de múltiplos direitos sobre produtos resultado da investigação e desenvolvimento, pretende salvaguardar a confidencialidade dos mesmos para que possa, nomeadamente, assumir perante terceiros obrigações referentes aos seus próprios direitos;



é celebrado o acordo de confidencialidade que consta das cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

O Trabalhador/Colaborador obriga-se a:

- a) Não divulgar nem fazer uso, de qualquer tipo e por qualquer meio, de toda a informação a que venha a ter acesso em virtude do vínculo que liga o Cocontratante à Agência, I.P. salvo e na medida em que tal seja necessário para o exercício estrito das suas funções;
- b) Manter sigilo sobre a organização, os métodos de trabalho, os negócios, as informações, os produtos, os materiais, os protótipos e sobre toda a documentação técnica que façam parte do Know-how, da propriedade ou estejam posse dos serviços e organismos do ecossistema dos fundos europeus, ou que a estes tenha sido cedido por terceiros;
- c) Não fazer cópias de manuais de produtos de software que pertençam ou que tenham sido facultados à Agência, I.P. e aos serviços e organismos do ecossistema dos fundos europeus, salvo se facultados pelo próprio Cocontratante para uso não exclusivo da Agência, I.P. ou se para tanto obtiver uma autorização, formulada por escrito, pelo seu responsável direto.

Cláusula 2.ª

As obrigações assumidas neste acordo continuarão por um período de 10 anos após a cessação do contrato, sem prejuízo dos prazos de proteção dos direitos de propriedade intelectual ou outros legalmente fixados.

Lisboa, (dia) de (mês) de (ano)

A Entidade Patronal (Cocontratante)

O Trabalhador/Colaborador



Anexo II - ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Considerando que:

A. O Cocontratante procederá ao tratamento de dados pessoais, de acordo com as especificações definidas no caderno de encargos;

B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, publicado no JOUE de 04 de maio de 2016, que aprova o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo tratamento e Subcontratantes, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;

C. A Agência, I.P., que age na qualidade de Responsável pelo tratamento, tem obrigação de celebrar um acordo de subcontratação de tratamento de dados com os seus Subcontratantes, para garantir o cumprimento das regras relativas à recolha e tratamento de dados pessoais, segurança e privacidade de dados definidas pelos Responsáveis pelo tratamento, de acordo com as exigências do artigo 28.º do RGPD;

D. Pelo presente acordo de subcontratação de tratamento de dados pessoais (Acordo) são estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as Partes, para garantia de cumprimento do disposto no Considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente Acordo que se regerá pelos Considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e, no que for omissos, pela legislação aplicável:

Cláusula 1.ª

Objeto, finalidade e natureza do tratamento

1 - O tratamento dos dados pessoais pelo Cocontratante destina-se exclusivamente a garantir a prestação dos serviços de Cloud pública Microsoft Azure e produtos Azure Marketplace, bem como serviços conexos associados, conforme especificado no caderno de encargos.

2 – Os Serviços de IaaS, PaaS e SaaS em Cloud pública destinam-se a assegurar a infraestrutura tecnológica que suporta a atividade da AD&C em Cloud Pública (Microsoft Azure) em formato de subscrição que serve o propósito de gestão tecnológica de infraestrutura e aplicações Microsoft e apoio técnico, incluindo: disponibilização do serviço tecnológico; configurações e personalização; gestão de



Segurança; prevenção de fraude; proteção contra malware; apoio técnico; e desenvolvimento tecnológico.

3 - Os serviços conexos associados à subscrição de Cloud pública (Microsoft Azure) destinam-se assegurar a gestão, o acompanhamento, o controlo e a monitorização da utilização da plataforma e produtos associados, incluindo: gestão de portais associados à solução Cloud (contratuais e técnicos); análise de consumos e produção de relatórios; propostas de Otimização de custos na utilização de plataforma Cloud.

Cláusula 2.ª

Tipo de dados pessoais e categorias dos titulares dos dados

1 – O serviço de Cloud aloja as aplicações utilizadas na atividade da Agência, I.P., abrangendo as categorias de titulares cujos dados são tratados em cada momento, incluindo dados de trabalhadores e colaboradores da Agência, I.P., de entidades parceiras, de beneficiários, candidatos, participantes, destinatários, formandos, bolseiros, estagiários no âmbito dos apoios financiados por Fundos Europeus.

2 – As categorias de dados objeto de tratamento no âmbito dos serviços referidos no número anterior abrangem: dados de identificação, dados de contacto, dados financeiros, dados contratuais, dados profissionais, dados de saúde (incapacidades), dados de infrações penais, dados referentes ao estatuto de proteção internacional, dados sobre o estatuto social ou económico dos beneficiários.

3 – No âmbito da prestação de serviços conexos são essencialmente tratados dados de identificação e de contacto de trabalhadores a Agência, I.P., podendo a Agência, I.P. disponibilizar o acesso a dados adicionais, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar.

Cláusula 3.ª

Duração do Tratamento

1 - O tratamento de dados pessoais será feito apenas dentro do prazo de vigência contratual, observando o princípio da limitação da conservação e as obrigações legais e regulatórias aplicáveis.

2 - Terminado o contrato entre as partes, os dados serão eliminados da Cloud, de acordo com os termos e condições estabelecidos.



Cláusula 4.ª

Obrigações do Responsável pelo Tratamento

Nos termos e para os efeitos do presente Acordo, constituem obrigações da Agência, I.P. enquanto Responsável pelo Tratamento:

- a) Informar os Subcontratantes de todas as circunstâncias relevantes para a realização dos tratamentos de dados pessoais, atendendo essencialmente à especificidade das finalidades descritas no presente Acordo e a potenciais riscos envolvidos;
- b) Definir, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede à conservação de dados pessoais;
- c) Determinar, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede ao apagamento de dados pessoais;
- d) Garantir o exercício por partes dos Titulares dos dados pessoais dos direitos de informação, acesso, retificação, apagamento, oposição.

Cláusula 5.ª

Obrigações do Subcontratante

- 1 - A atividade desenvolvida pelo Subcontratante e respetivos colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual que com eles possua, encontra-se sujeita ao disposto no Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD), bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e na demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.
- 2 - O Subcontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de acordo com o princípio do *Privacy by Design* e do *Privacy by Default* (se aplicável).
- 3 - O Subcontratante não pode recorrer à subcontratação do tratamento de dados pessoais no âmbito do presente contrato sem que a Agência, I.P. tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito.
- 4 - Caso o Subcontratante recorra à subcontratação para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da Agência, I.P., o seu subcontratante fica sujeito, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União Europeia ou do direito nacional, às mesmas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais que as estabelecidas no caderno de encargos, em particular à obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de modo a que o tratamento de dados pessoais seja conforme com os requisitos do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção



de dados pessoais, continuando o Cocontratante a ser plenamente responsável, perante a Agência, I.P., pelo cumprimento das obrigações, em matéria de proteção de dados, desse outro subcontratante.

- 5 - O Subcontratante obriga-se no que respeita ao tratamento dos dados pessoais, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre a Agência, I.P., enquanto entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais objeto do contrato a celebrar, comprometendo-se designadamente a:
- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Agência, I.P., única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar;
 - b) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela Agência, I.P., sem que tenha sido por esta expressamente instruído por escrito;
 - c) Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o Cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas no presente acordo de subcontratação de tratamento de dados pessoais;
 - d) Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo do cumprimento de obrigações legais, nomeadamente para com as entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;
 - e) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumem, por escrito, um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos precisos termos em que o próprio Subcontratante se encontra obrigado a demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pela Agência, I.P.;
 - f) Designar um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar à Agência, I.P. os respetivos contactos;
 - g) Não tratar os dados fora da União Europeia, salvo autorização escrita da Agência, I.P., devendo comunicar à Agência I.P. o país onde estão localizados os servidores que alojam os dados;
 - h) Obter as certificações exigidas legalmente, sempre que tais certificações contribuam de forma significativa para garantir eficazmente a proteção de dados pessoais;



- i) Implementar todas as medidas técnicas e organizativas (MTO) para garantir um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, nos termos do artigo 32.º do RGPD, e conforme especificado na **cláusula 6.ª** do presente Acordo;
- j) Tratar os dados pessoais de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados e destruição ou danificação accidental ou ilícita, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias;
- k) Prestar assistência à Agência, I.P., através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra as suas obrigações de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos respetivos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
- l) Prestar assistência à Agência, I.P., tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
- m) Apagar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e cuja conservação não decorra da obrigação de cumprimento de normas legais imperativas;
- n) Disponibilizar à Agência, I.P. todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no presente Acordo e no RGPD e facilitar e contribuir para as auditorias, incluindo as inspeções, conduzidas pela Agência, I.P. ou por outro auditor por esta mandatado, ou outras entidades com competência para o efeito;
- o) Comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- p) Notificar a Agência, I.P., no prazo máximo de 24 horas após ter tido conhecimento de qualquer violação de dados pessoais, devendo esta notificação conter, pelo menos, a seguinte informação, sem prejuízo das demais disposições da lei:
 - i) A descrição da natureza da violação ocorrida, incluindo, as categorias e o número aproximado de titulares de dados, bem como o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;



- ii) A descrição das medidas adotadas e as propostas para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, as medidas adotadas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
 - iii) A descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais.
- q) Comunicar de imediato à Agência, I.P., quaisquer reclamações ou questões levantadas pelos titulares dos dados pessoais que se relacionem com o tratamento e ou com a proteção e segurança dos respetivos dados;
- r) Colaborar com o Encarregado de Proteção de Dados da Agência, I.P., facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.
- 6 - Se quaisquer dados pessoais se perderem ou forem danificados, no âmbito da execução do contrato a celebrar, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as medidas necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a Agência, I.P.

Cláusula 6.ª

Medidas de Segurança e Privacidade

- 1 - Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, o Subcontratante deve adotar padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
- 2 - No âmbito do presente Acordo e para o respetivo cumprimento o Subcontratante deve adotar as medidas técnicas e organizacionais pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso acidental ou legal.
- 3 - O previsto anteriormente concretiza-se designadamente através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:20013, bem como das normas europeias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação.
- 4 - No âmbito do serviço de Cloud, o Subcontratante deve, designadamente, assegurar:
 - a) A disponibilização de mecanismos de encriptação de dados em repouso com chave própria para modelos de IaaS, PaaS, SaaS;



- b) A eliminação segura de dados redundantes e georredundantes em alinhamento com as políticas aplicadas ao ambiente principal;
- c) A disponibilização de mecanismos de definição e automatização de períodos de retenção de informação e de mecanismos de arquivo de informação;
- d) A notificação regular de novas funcionalidades disponibilizadas no ambiente da Agência, I.P.;
- e) A implementação de mecanismos de identificação unívoca de identidade e de mecanismos de autenticação forte para o acesso aos dados;
- f) A cifragem de dados em trânsito na comunicação inter e intra centros de dados.

5 - No âmbito dos serviços conexos, o Subcontratante deve, designadamente, assegurar a implementação de mecanismos de identificação unívoca de identidade e de mecanismos de autenticação forte para o acesso aos dados.

6 - Nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 2, da presente Cláusula, devem ser adotadas as medidas de segurança compatíveis com a Política de Segurança e Privacidade da Agência, I.P.

Cláusula 7.ª

Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, as Partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas atribuições.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula, vincula as Partes durante a vigência do presente contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1, cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta cláusula.

Cláusula 8.ª

Cooperação com a CNPD

A Agência, I.P. e o Cocontratante comprometem-se a cooperar com Comissão Nacional de Proteção de Dados, a pedido desta, na prossecução das suas atribuições.